

NOTAS ECONÓMICAS

17

REVISIA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIA

GIUSEPPE MUNDA AVALIAÇÃO SOCIAL MULTICRITÉRIO: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONSEQUÊNCIAS OPERACIONAIS

CARLOS BASTIEN / JOSÉ LUÍS CARDOSO STRUCTURALISM AND DEVELOPMENT ECONOMICS IN THE EUROPEAN SEMI-PERIPHERY: THE CASE OF PORTUGAL

JOÃO DUQUE / LÍGIA FEBRA MOTIVOS PARA O LANÇAMENTO DE OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS EM PORTUGAL

LUÍS AGUIAR-CONRARIA THE ADEQUACY OF THE TRADITIONAL ECONOMETRIC APPROACH TO NON-LINEAR CYCLES

A. SIMÕES LOPES GLOBALIZAÇÃO E DESCONTENTAMENTO: UM ENSAIO SOBRE A OBRA DE STIGLITZ

PEDRO PEZARAT CORREIA 25 DE ABRIL: UMA LEITURA GEOPOLÍTICA E GEOESTRÁTÉGICA

JAIME FERREIRA NOS 30 ANOS DA FEUC



Círculo FEUC

Última lição do Professor Pedro Pezarat Correia, proferida a 21 de Maio de 2003, no âmbito da disciplina de Geopolítica e Geoestratégia, da licenciatura de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

25 de Abril: uma leitura geopolítica e geoestratégica

Pedro de Pezarat Correia

Escolhi como matéria para esta última aula o 25 de Abril e, dado o local e a cadeira que leccionei, pareceu-me apropriado abordá-lo numa perspectiva geopolítica e geoestratégica.

Sabem os meus alunos nesta casa que, sem excessiva frequência, várias vezes o 25 de Abril veio a propósito no decurso das nossas aulas. Mas nunca foi tema específico de uma aula ou de um trabalho no programa da licenciatura. Por isso, até pela novidade, creio justificar-se a opção quando, formalmente, encerro a minha actividade docente na Licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Selecionei três áreas de reflexão a que me obrigou a economia de tempo e o respeito pela vossa paciência.

Refere-se a primeira à percepção que os seus autores directos e as personalidades políticas que inauguraram a nova era democrática revelaram do espaço e do tempo em que o 25 de Abril ocorreu. Percepção que, aliás, não surge tão clara em outras crises institucionais mais recentes.

Em Abril de 1974 estava-se em plena Guerra Fria, que dividia o mundo, e particularmente a Europa, num sistema bipolar subordinado a uma lógica de confrontação de blocos. Portugal inseria-se num dos blocos, o ocidental, liderado por uma das superpotências, os Estados Unidos, e era mesmo membro fundador da aliança militar que dava conteúdo geoestratégico a esse bloco, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Apesar do papel irrelevante do seu potencial militar no sistema de forças da aliança, Portugal ocupava uma posição central no seu espaço geográfico, quer pelo rectângulo continental, plataforma de acesso dos parceiros americanos ao continente europeu, mas em especial pelo arquipélago dos

Açores, porta-aviões fixo em pleno Atlântico, decisivo para a defesa avançada para leste da superpotência liderante da OTAN e para a sua projecção de forças para a Europa e Médio Oriente.

Sendo certo que alguns dos militares que lideraram o 25 de Abril e a generalidade dos políticos que vieram a destacar-se no poder depois de 1974 colocavam reservas, com fundamentos éticos, políticos ou ideológicos, à presença de Portugal na OTAN, que encaravam como um instrumento que acolhera a ditadura e fora benevolente com a guerra colonial, a verdade é que a permanência na aliança não foi posta em causa. Pelo contrário, prevaleceu um consenso tácito, sem que tivesse sido formalmente debatido, de que a questão não deveria ser levantada. Impôs-se a percepção geoestratégica de um equilíbrio global que não devia ser perturbado.

O Programa do Movimento das Forças Armadas, que assumiu o estatuto de lei fundamental até à aprovação da Constituição da República em Abril de 1976, estipulava que «O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor». Sem o nomear, contemplava, obviamente, a OTAN. Tal foi incluído no Programa do Governo Provisório, aprovado em 15 de Maio seguinte que ia mais longe. No capítulo sobre Política Externa afirmava o «Respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte (...)».

Diz o marechal Costa Gomes, no testemunho para a história oral do Centro de Documentação 25 de Abril, publicado por Manuela Cruzeiro, que «A nossa permanência na NATO foi muito discutida na Junta de Salvação Nacional, onde todos estavam de acordo de que deveríamos honrar os nossos compromissos de membro da aliança» (Cruzeiro, 1998: 244). E o historiador António Telo, no texto que assina na obra *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica 1949-1999*, confirma aquele consenso a nível partidário ao salientar que «Durante todo o processo (revolucionário) (...) nenhum dos quatro principais partidos portugueses (...) advogou a saída da OTAN» (Telo, 1999: 104).

Isto foi, aliás, afirmado à União Soviética quando do restabelecimento de relações diplomáticas com a superpotência do bloco leste. Mário Soares recorda, na entrevista publicada em livro por Maria João Avillez, que quando ministro dos Negócios Estrangeiros frisou a Andrei Gromiko, seu colega soviético, «(...) a nossa fidelidade à Aliança Atlântica (...)» (Avillez, 1996: 380).

Durante o seu mandato de presidente da República, Costa Gomes sempre repetiu, em discursos e entrevistas — até porque durante o “verão quente” de 1975 a questão lhe era sistematicamente colocada —, que Portugal queria respeitar os seus compromissos na OTAN. Na já referida obra de Manuela Cruzeiro revela que em visita de Estado a Moscovo, em Outubro de 1975, o próprio Leonid Brejnev lhe manifestou a opinião de que Portugal não deveria sair da OTAN, «(...) não apenas por razões de ordem política, mas também estratégica» (Cruzeiro, 1998: 306). Acrescenta Costa Gomes que «A nossa permanência naquele organismo era, de facto, importante ao equilíbrio existente na altura (...)» (idem).

Surpreendente terá sido a atitude dos Estados Unidos neste contexto.

O então presidente da República, General Spínola, encontrara-se com o presidente Nixon nas Lages em Junho de 1974, a quem afirmara que Portugal continuaria ligado à OTAN (Spínola, 1978: 158). Mas traçou um quadro negro da situação em Portugal, procurando captar apoios de Washington ao seu projecto pessoal, invocando ameaças de um bastião comunista na Península Ibérica que poderia ceder posições geoestratégicas à União Soviética nos Açores e em Cabo Verde. Apesar de repetidas afirmações em contrário e mais tranquilizadoras do seu sucessor, Costa Gomes, e dos membros dos governos portugueses, esses apelos alarmistas encontraram eco em Washington, em particular no influente secretário de Estado Henry Kissinger. Diz António Telo, no texto já referido, que a administração norte-americana terá posto em causa a permanência de Portugal na OTAN (Telo, 1999: 104) e são conhecidas as discordâncias que opuseram Kissinger ao seu embaixador em Lisboa, Franck Carlucci,





pela ignorância preconceituosa que o secretário de Estado revelava quanto a Portugal.

Mas se Kissinger admitia marginalizar Portugal da aliança, não pensava perder a base nos Açores. Conta Mário Mesquita que o presidente Ford, que sucedera a Nixon após a resignação deste, terá consultado o chanceler alemão Helmut Schmidt sobre o apoio de Washington a uma eventual independência unilateral dos Açores e que terá sido Schmidt que lhe manifestou as reservas com que tal seria acolhido na Europa e o tranquilizou sobre a situação portuguesa (Mesquita, 1994: 271).

Ironicamente, um país que sob uma ditadura fora fundador da OTAN, seu membro efectivo durante 25 anos e prosseguia intransigente uma guerra colonial em confronto com toda a comunidade internacional, não constituirá incómodo para a Aliança Atlântica. Mas passava a sê-lo quando dava passos concretos para a implantação de um regime democrático. Contribuiu, assim, o 25 de Abril, para a denúncia da geoestratégia de blocos que, frequentemente, ao valor dos princípios sobrepõe o poder dos interesses da superpotência liderante.

Isto ajudará a compreender como é que Henry Kissinger, na sua obra de referência *Diplomacia*, que ao longo de 800 páginas detalha a política, os conflitos e a diplomacia universal de Vestefália até ao final do século XX, não tenha dedicado uma única palavra a Portugal e ao 25 de Abril. Os termos Portugal, Lisboa, Abril, ou os nomes dos protagonistas portugueses do período revolucionário, não constam sequer do índice remissivo. Não porque Portugal dos anos 70 não o tivesse preocupado. Maria Carrilho refere que em 11 de Junho de 1974 o jornal brasileiro *Tribuna da Imprensa* citava declarações em que «(...) Henry Kissinger (...) terá afirmado que a grande preocupação dos Estados Unidos neste momento é Portugal (...)» (Carrilho, 1994: 47). E o norte-americano Kenneth Maxwell, que tem uma vasta obra de investigação sobre o 25 de Abril, é implacável com Kissinger ao referir as «(...) reacções de pânico (...)» do poderoso Secretário de Estado em relação à revolução portuguesa, considerando que «As

acções de Henry Kissinger nos meados da década de 70 (...) não apresentam as melhores qualidades deste político nem reflectem a sua mais justa avaliação (...)» (Maxwell, 1999: 17-18). Maxwell também destaca que, sem surpresa para ele, essas acções não constam do livro *Diplomacia*. O que a omissão de Kissinger significa é que não quis confrontar-se com os seus erros de avaliação e com a dificuldade de os justificar.

O segundo tema de reflexão que seleccionei refere-se ao projecto de paz contido no 25 de Abril. E isto parece-me oportuno porque ainda estão frescas algumas afirmações recentes que, para sermos brandos, apenas classificaremos de infelizes, pondo em paralelo o 25 de Abril e a guerra de agressão anglo-americana no Iraque. Importa frisar que o 25 de Abril não inventou uma guerra para impor uma paz de tipo imperial, pelo contrário aceitou uma paz pela positiva como forma de pôr fim à guerra colonial; não foi “libertar” outros substituindo uma ditadura por uma ocupação militar, pelo contrário libertou-se e aceitou que outros se libertassem reconhecendo que a paz não passava por uma solução militar; não forjou argumentos para justificar uma guerra, pelo contrário recusou a guerra para construir a paz.

Das muitas referências laudatórias que figuras prestigiadas da cultura mundial dispensaram ao 25 de Abril uma há que me sensibiliza particularmente pelo profundo significado que contém. O professor Eduardo Lourenço no seu livro *Os militares e o poder*, escrito em pleno período revolucionário, referiu-se aos militares do Movimento das Forças Armadas chamando-lhes «*Os jovens oficiais de um combate recusado, mais por injusto do que por impossível*» (Lourenço, 1975: 81). Nesta curta frase está toda a correcta interpretação de uma paz pela positiva que era a do 25 de Abril.

O Programa do MFA, na sua formulação final que constituiu uma plataforma de compromisso entre o texto inicial elaborado pela Comissão Coordenadora e a Junta de Salvação Nacional, compromisso que incidia especialmente em torno da guerra colonial, anunciava o «*Lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz*». Era, sem dúvida, uma formulação demasiado vaga e



ambígua e que estava longe de expressar um pensamento estratégico sobre a forma de chegar à paz. Mas se recuarmos, pouco mais de um mês, ao documento que o precedeu, o manifesto *O movimento, as forças armadas e a nação*, que constituiu o texto mobilizador e fundador do MFA, detecta-se entre os militares revolucionários um pensamento mais elaborado sobre o conteúdo da paz. Aí se dizia que *«Os militares conscientes sabem (...) que a solução do problema ultramarino é política e não militar (...)»* e, por isso, dispunham-se a encontrar *«(...) uma solução política (...) que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios (...)»*, porque tal, e destaco esta passagem, *«(...) corresponde (...) aos (...) mais altos ideais de justiça e de paz»* do povo português. Mas acrescentava ainda: *«E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das forças armadas e da crise geral do país, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do país não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós»*.

Aqui sim, inteiro, está um projecto de paz pela positiva.

O conceito de paz pela positiva, o único que merece ser encarado numa perspectiva geopolítica, é hoje uma escola de pensamento que se deve a Johan Galtung e permanece como uma das referências mundiais nos estudos da paz. Considera este professor norueguês, fundador do Instituto Internacional de Investigação para a Paz, de Oslo, que a paz pela positiva, opondo-se à mera ausência de guerra, a que chama paz pela negativa, resulta da associação de uma série de componentes que lhe conferem substância. Muito sinteticamente, a primeira componente é a paz directa, ou pessoal, que resultará de um quadro de relações entre partes em conflito que não passem pela violência; a segunda componente é a paz indirecta ou estrutural, que passará por um

sistema institucional representativo, legítimo e justo; a terceira componente é a paz cultural, ou seja, uma atitude moral e racional sem a qual as duas outras não são possíveis.

O conteúdo do Programa do MFA foi vulgarizado como o projecto dos “3D”: democratizar, desenvolver, descolonizar. Ao empenhar-se no termo da guerra e ao assumir que tal se articulava com a solução dos problemas nacionais passando por um regime político legítimo e representativo (democratizar), socialmente mais justo (desenvolver), mas também pelo reconhecimento do direito dos outros à liberdade (descolonizar), o 25 de Abril estava exactamente a dar à paz um conteúdo que integrava paz directa e paz estrutural. E estava também a assumir a cultura da paz, antecipando a máxima do director-geral da UNESCO Frederico Mayor Zaragoza: *«Para transformarmos uma cultura de guerra numa cultura de paz, temos de mudar os valores, atitudes e comportamentos do passado. Em vez do cínico provérbio ‘se queres a paz prepara a guerra’, temos de proclamar ‘se queres a paz prepara-te para a paz e tenta construí-la na tua vida quotidiana’»*. Em síntese, foi uma paz pela positiva que motivou o 25 de Abril.

Levantam-se, por vezes, em relação a esta questão, dúvidas que ensombram o projecto de paz do 25 de Abril. E diz-se: certo, acabou com a guerra colonial em três frentes, mas deu lugar a guerras civis muito mais mortíferas, que se arrastaram nos países já independentes ou em vias de se tornar independentes.

É uma questão incómoda e a ela não quero fugir. Evidentemente que constituiu para nós um trauma e uma frustração e bem desejámos e tentámos que o fim da guerra e as independências das colónias tivessem trazido a paz não apenas para os portugueses mas também para os povos dos novos Estados africanos. A verdade é que tal ultrapassou Portugal e a violência prosseguiu nesses países, mas a percepção das razões pelas quais as coisas se passaram como passaram obriga à interpretação do significado mais profundo do que foi, na sua complexidade, a guerra colonial ou, se se preferir, as guerras coloniais. Foi isso que



procurei fazer no meu livro *Angola do Alvor a Lusaka*, interpretação que creio manter-se actual e que me permito recuperar aqui.

As guerras que se travaram nas colónias portuguesas de África na década de 60 e princípios da de 70 do século passado foram conflitos em que, numas colónias de forma mais acentuada do que noutras mas visível no seu conjunto, se cruzaram quatro componentes distintas mas complementares:

— A primeira era a guerra de libertação colonial propriamente dita, que opunha o Estado português aos movimentos de libertação e a que o 25 de Abril permitiu pôr fim, através de negociações directas concluídas por acordos formais livremente aceites.

De todas as colónias africanas Portugal se retirou nas datas acordadas e, pela sua parte, respeitou os processos negociados.

— A segunda componente era o conflito Leste-Oeste, no quadro da Guerra Fria, que esteve sempre presente nas guerras coloniais, através de apoios antagónicos que os blocos leste e ocidental prestaram, aquele de forma clara aos movimentos de libertação, este de forma mais camuflada a Portugal. E quando se confrontaram vários movimentos de libertação, como em Angola, o conflito Leste-Oeste alimentou essa confrontação.

Os reflexos locais do conflito Leste-Oeste persistiram para além das independências e até se acentuaram, com as superpotências disputando o alargamento das suas zonas de influência. Só com o fim da Guerra Fria, na entrada da década de 90, o conflito Leste-Oeste deixaria de se reflectir na África Austral.

— A terceira componente era o conflito regional. Em todas as colónias africanas em que a luta de libertação atingiu o patamar violento, afectou os países vizinhos que, em alguns casos, intervieram directamente, uns em apoio dos movimentos de libertação, outros em apoio do Estado português. E também Portugal e os movimentos de libertação participaram na desestabilização dos Estados que lhes eram desafectos. Os conflitos atingiram uma óbvia dimensão regional.

Com as independências e a retirada de Portugal, os conflitos regionais não

terminaram, pelo contrário intensificaram-se e perduraram, nomeadamente em Angola e Moçambique, só vindo a resolver-se com a última grande ruptura geoestratégica na África Austral e o desaparecimento dos grandes perturbadores regionais, o sistema do *apartheid* na África do Sul e o regime de Mobutu no Zaire.

— Por fim a quarta componente, a guerra civil. São frequentes as referências ao início das guerras civis como tendo-se verificado depois das independências. É um erro de interpretação. As guerras coloniais já comportavam conflitos de tipo guerra civil, entre guineenses, entre angolanos, entre moçambicanos, porque as forças armadas portuguesas eram constituídas, em parte significativa, por nacionais africanos recrutados nas próprias colónias, a que se devem acrescentar os diversos tipos de forças auxiliares que colaboravam com os portugueses e que assim foram lançados numa guerra fratricida contra outros nacionais africanos dos movimentos de libertação.

No caso especial de Angola manifestou-se ainda uma segunda expressão da guerra civil, que foi a luta travada entre os três movimentos de libertação durante a guerra colonial, por vezes sobrepondo-se mesmo à que os opunha a Portugal, com quem, aliás, um dos movimentos chegou a colaborar contra os outros dois.

As guerras civis foram as que mais perduraram, assumindo por vezes novos contornos pelos apoios diferenciados com que contavam do exterior, mas as suas raízes mergulhavam nas contradições geradas pela guerra colonial.

O empenhamento português, posterior ao 25 de Abril, nas negociações de paz com os movimentos nacionalistas, contribuiu para o fim das guerras de libertação que eram as que directamente o envolviam. Portugal respeitou os compromissos que assumiu mas não teve, porque tal o ultrapassava, capacidade para impor que as outras partes respeitassem os seus. Lamentavelmente todos os outros, os movimentos de libertação, os parceiros regionais e, acima de tudo, as superpotências rivais na Guerra Fria, empenharam-se decididamente no agravamento das restantes componentes do

conflito que se prolongariam por largos anos. É, por isso, incorrecto sustentar que as guerras civis, os conflitos regionais, as projecções do conflito Leste-Oeste nos PALOP's, foram provocadas pelo 25 de Abril. Mais correcto será reconhecer que se agravaram, apesar do 25 de Abril.

Foi trágico que tivesse acontecido, mas tal não nega o sério compromisso por uma paz pela positiva contido no 25 de Abril.

O terceiro tema com que encerraremos esta última aula refere-se às repercussões externas que o 25 de Abril gerou, isto é, à sua dimensão geoestratégica regional e global.

Samuel Huntington é frequentemente citado como autor da tese da “terceira vaga da democracia” que se teria iniciado na década de 70 em Portugal e se teria prolongado até ao final do século pela Europa ocidental — Espanha e Grécia —, pela América Latina e pela Europa de Leste. Confesso que me parece excessiva esta identificação causal. Não tenho dúvidas sobre as sensibilidades contraditórias que um processo revolucionário identificado à esquerda gerou na Europa e na América do Norte, sobre as esperanças que abriu em África, sobre a oportunidade que o Brasil viu desenhar-se na extensão da sua influência à outra margem do Atlântico Sul. Mas, influências directas do 25 de Abril na alteração de quadros políticos e geoestratégicos regionais, creio que só se podem encontrar em Espanha e na África Austral.

São vários e insuspeitos os testemunhos sobre os reflexos do 25 de Abril no país vizinho, alguns muito significativos por partirem de personalidades de relevo na própria Espanha. O professor Raul Morodo, que na década de 90 foi embaixador de Espanha em Lisboa e que nunca escondeu as simpatias que nutria pelo 25 de Abril e pelos militares que o materializaram, escreveu no seu livro *Transição política em Espanha* que «(...) a Espanha sofreu uma considerável influência da revolução dos cravos (...) o sucesso da viragem política em Portugal foi um estímulo decisivo para que se encarassem mais esperançadamente uma solução democrática para Espanha» (Morodo, 1997: 100-101).

Isto terá constituído uma surpresa para muitos porque, face à identificação ideológica e na prática política corrente das duas ditaduras ibéricas e à desproporção entre ambos os países, predominava nos meios oposicionistas a convicção de que o normal seria a viragem em Espanha e depois, por arrastamento, em Portugal. Curiosamente não era essa a ideia que defendera Humberto Delgado, com o seu proverbial mas, como se verificaria, não tão utópico, voluntarismo. O general fez, em Maio de 1964, no exílio, uma declaração sobre a situação política em Portugal e Espanha em que considerava que «Primeiro devemos atacar o mais débil. Não há dúvida que Salazar é mais débil que Franco. (...) Depois do Portugal livre, partirá a reconquista da Espanha» (Delgado, 1995: 242).

Josep Sanchez Cervelló, investigador que permaneceu largo tempo em Portugal a preparar a sua tese de doutoramento que publicou com o título *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, facultou-nos, do que conheço, o testemunho mais detalhado sobre a influência do 25 de Abril no vizinho ibérico.

O autor não tem dúvidas sobre os reflexos do golpe de estado militar português em Espanha e, acima de tudo, na transição pacífica que aí se verificou. O regime espanhol começou por reagir mal e recebeu a aceleração do processo revolucionário em Portugal, nomeadamente a radicalização de alguns sectores das forças armadas. Em contrapartida os sectores democráticos espanhóis acompanhavam com esperança a evolução neste lado da fronteira.

Quando em Espanha se forma, em 31 de Agosto de 1974, por iniciativa de alguns jovens oficiais do exército, a União Militar Democrática (UMD), a influência do MFA é óbvia e os camaradas espanhóis assumem isso sem complexos. Estabelecem-se contactos e são mantidas ligações. Não seria a UMD nem qualquer movimento militar a provocar a transição em Espanha, mas o regime apercebeu-se que havia militares atentos. Cervelló, que apreendeu bem o calão e os ditados populares lusos, diz que «Em Espanha foi possível uma mudança pacífica, sem excessivas convulsões, em





grande parte graças a ver o rabo do vizinho a arder (...)» (Cervelló, 1993: 382). E é peremptório «(...) é claro que sem a Revolução de Abril a mudança política em Espanha teria sido de outro modo» (idem: 383). Foi uma lição que parece não ter sido entendida nos dias de hoje: o determinismo geográfico é relativo e Portugal não está condenado a uma posição seguidista em relação a Espanha. Pode agir com iniciativa própria.

Outra área onde em Espanha foi óbvia a influência de Abril foi na aceleração do processo no Sahara Ocidental. A guerra nas colónias portuguesas e as dificuldades porque o governo de Lisboa passava levaram Madrid a anunciar a intenção de referendar e libertar-se do problema do Rio de Oro onde a Frente Polisário tinha iniciado uma luta de libertação em 1973. A partir de 1974 preparou um estatuto de autonomia mas, pressionado por Marrocos, acabou por, lamentavelmente, se decidir pelo abandono puro e simples, entregando o território a Marrocos e Mauritânia, apesar de um acórdão desfavorável do Tribunal Internacional de Justiça de Haia. Quando, mais tarde, a Mauritânia se retirou, Marrocos, enfrentando a resistência da Frente Polisário, estendeu a ocupação a todo o Sahara Ocidental que permanece como o derradeiro problema da colonização europeia em África por solucionar.

Marrocos e a Espanha contaram, neste entendimento obscuro, com o apoio dos Estados Unidos que procuravam assim encontrar uma alternativa geoestratégica para as dificuldades que, como atrás assinalámos, receavam fossem levantadas pela mudança política em Portugal. A aproximação a Rabat e a Madrid assegurava a Washington o controlo da entrada no Mediterrâneo e do arquipélago das Canárias, o que compensava o receio de um vazio decorrente de uma marginalização de Lisboa na OTAN e, por arrastamento, de dificuldades nos Açores e em Cabo Verde.

Mais radical seria a evolução geoestratégica verificada no Sul de África.

Nos inícios da década de 70 estava em marcha um projecto de consolidação de um espaço de domínio branco na África Austral,

englobando a África do Sul e a Namíbia, a Rodésia e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique. Kaulza de Arriaga revela, no seu livro *Guerra e política*, os contornos desse projecto que constituía a "Aliança Alcora" e que ele até ambicionava estender à fachada atlântica da América do Sul num megalómano projecto do Pacto do Atlântico Sul (SATO) que, segundo o autor, o 25 de Abril frustrou (Arriaga, 1988: 247-248).

Os Estados Unidos encaravam então, favoravelmente, a manutenção no Sul de África de um espaço de domínio branco, aliado do Ocidente e a administração Nixon-Kissinger empenhou-se nisso. José Freire Antunes no livro *Os americanos e Portugal* documenta este empenhamento, formalizado na opção do Departamento de Estado designada "Tar Baby", que catalogava os movimentos de libertação como inimigos dos Estados Unidos (Antunes, 1986: 121-122). Poderá causar hoje alguma estranheza mas a verdade é que, em 1973, a administração Nixon ainda afirmava que «(...) os portugueses estão em África para ficar» (Maxwell, 1999: 535). O professor John Marcum, considerado uma das maiores autoridades americanas sobre África, reconhece que as dificuldades que Washington encontrou nos novos países independentes depois de 1975 devem ser entendidas à luz dos apoios que tinha prestado ao regime português e aos sistemas de *apartheid* na África do Sul e Namíbia (Marcum, 1976: 422-423).

O 25 de Abril e as independências de Moçambique e Angola, apanhando, aliás, os Estados Unidos em pleno recuo geoestratégico a digerir a derrota no Vietname e a crise Watergate, vieram pôr em causa todos estes projectos e por isso aqueles Estados foram objecto da intensificação dos conflitos regional, Leste-Oeste e dos apoios às guerras internas que atrás pusemos em destaque.

Os dirigentes do *apartheid*, Ian Smith na Rodésia e Vorster na África do Sul, aperceberam-se de imediato que o quadro regional ia mudar. Pretória lançou uma ambiciosa "Estratégia Nacional Total", que incluía o projecto de uma "constelação de Estados" na África Austral sob sua liderança, envolvendo os países do *apartheid* por um

“cordão sanitário” e mantendo sob pressão Angola e Moçambique, no qual a Rodésia desempenharia um papel essencial (Minter, 1994: 109-111). Mas o regime branco da Rodésia cairia em 1980 dando lugar ao Zimbabué, com a maioria negra no poder e desferindo o mais rude golpe no projecto sul-africano, que se revelou utópico porque a ruptura na África Austral estava traçada desde 1974. A Namíbia tornar-se-ia independente em 1990 e o *apartheid* na África do Sul chegaria ao seu termo em 1994 com a chegada da maioria negra ao poder.

O geopolítico norte-americano Samuel Cohen, na década de 60, quando dividiu o mundo em regiões geoestratégicas e geopolíticas ignorou, pura e simplesmente, a África subsahariana. Ao entrar na década de 80 reformulou a sua teoria, reconhecendo que esta se convertera numa região geopolítica especial, uma cintura fragmentada ao nível do Médio Oriente e do Sudeste Asiático (Cohen, 1980: 454). O 25 de Abril colocara a África no mapa.

O professor Maxwell, no livro que já aqui citei e que tem edição original de 1995 e tradução portuguesa de 1999, refere que «(...) na África Austral a perda do domínio branco como tampão, fornecido pelas colónias portuguesas, determinou o declínio da Rodésia branca e, com o tempo, o da própria África do Sul» (1999: 202). Muito recentemente, em entrevista ao *Diário de Notícias* de 26 de Abril último diz que «(...) o fim do domínio branco na África do Sul, a longo prazo (...) será o grande legado de Abril de 1974».

Concordo com Maxwell mas, se o respeitado professor norte-americano me consente, lembro que eu próprio já anteriormente escrevi isso. Para concluir peço licença para citar o que, em 1994, publiquei no livro *Questionar Abril: «Para a geração que viveu o 25 de Abril o seu maior significado residiu na conquista da liberdade, no fim da guerra colonial, na radical alteração do quadro das relações político-sociais. Mas (...) se o 25 de Abril vier a ficar registado na História de Portugal como um marco ao nível dos de 1383, 1640, 1820 e 1910, será por outras três razões, com uma outra dimensão estrutural. (...) Primeiro porque veio a*

possibilitar, com o regresso de Portugal às suas origens geográficas, a sua inserção numa União Europeia, já então em formação. Segundo porque deu lugar a um diferente posicionamento da Península Ibérica na Europa. Terceiro, pelo seu contributo para a radical alteração do quadro geopolítico da África Austral. Estas alterações estruturais de fundo, perspectivam uma nova era na História de Portugal e, se assim for, não há dúvida que a essa viragem ficará intimamente associado o golpe militar do 25 de Abril. Porque, sem a restauração das liberdades democráticas em Portugal, nenhuma daquelas transformações seria possível» (Correia, 1994: 249- 250).

Estas grandes transformações são, afinal, a dimensão geopolítica e geoestratégica do 25 de Abril de 1974.

Coimbra, 21 de Maio de 2003





Referências Bibliográficas

- Antunes, José Freire (1986) *Os americanos e Portugal*, Vol. I, *Os anos de Richard Nixon 1969-1974*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Arriaga, Kaúlza de (1988) *Guerra e Política*, Lisboa, Referendo.
- Avillez, Maria João (1996) *Soares —ditadura e revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- Carrilho, Maria (1994) *Democracia e defesa — sociedade política e forças armadas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Cervelló, Josep Sanchez (1993) *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Assírio & Alvim, Lisboa.
- Cohen, Samuel (1980) *Geografía y política en un mundo dividido*, Ediciones Ejercito, Madrid.
- Correia, Pedro Pezarat (1994) *Questionar Abril*, Círculo de Leitores e Caminho, Lisboa.
- Cruzeiro, Maria Manuela (1998) *Costa Gomes o último marechal*, Editorial Notícias, Lisboa.
- Delgado, Humberto (1995) *A tirania portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Kissinger, Henry (1996) *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa.
- Lourenço, Eduardo (1975) *Os militares e o poder*, Lisboa, Arcádia.
- Marcum, John (1976) "Lessons of Angola", *Foreign Affairs*, 3, Washington, April
- Maxwell, Kenneth (1999) *A construção da democracia em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa.
- Mesquita, Mário (1994) *O 25 de Abril nos 'media' internacionais*, Edições Afrontamento, Porto.
- Minter, William (1994) *Apartheid's contras*, Witwatersrand University Press, Johannesburg e Zed Books, London & New Jersey.
- Morodo, Raúl (1997) *A transição política em Espanha*, Editorial Notícias, Lisboa.
- Spínola, António (1978) *País sem rumo*, SCIRE, Lisboa.
- Telo, António José (1999) "Portugal e a OTAN 1949-1976", *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica 1949-1999*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.